ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007

ACTA Nº 14

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela

3 – Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Palmela

4 – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Financiamento do Plano Plurianual de Investimentos

5 – Desafectação do domínio público para o domínio privado de parcela de terreno em Aires

6 – Imputação de Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal para 2007

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS
- Sr. Dr. Luis Miguel Calha da CDU
- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos, justificou falta à sessão de hoje, por motivos de ordem pessoal, tendo a mesma considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel Silvério que se encontra presente.
- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou falta à sessão de hoje, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Raul Prazeres, Vogal da Junta de Freguesia, que se encontra presente.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU inicia participação nos trabalhos cerca das 21,30 horas.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia. De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.
Informa que vai apresentar alguns assuntos que deveriam ter sido apresentados na última sessão mas que, devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia não permitiu. Por esse facto alguns dos assuntos poderão estar deslocados no tempo mas não deixam de ter importância.

Saúda os resultados do último referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, sendo a satisfação ainda maior porque houve um empenhamento inegável da parte do Partido Socialista que levou a que o resultado no distrito de Setúbal fosse aquele que é conhecido de todos.

Recorda uma questão já falada há algum tempo e que está relacionada com as pedras mármore das campas do cemitério de Palmela, que não são reclamadas e, que nos últimos tempos estão a ficar espalhadas pelo cemitério o que não dá bom aspecto. Da última vez foi-lhe dito que estava a ser estudada a possibilidade da situação ser resolvida com os menores custos possíveis para a Câmara Municipal, mas continua sem saber qual o destino a dar a estas pedras.

Chama também a atenção da Sra. Presidente de Câmara, e da área dos recursos humanos para o facto de, mais de uma vez, se ter deparado com funcionários do cemitério a transportarem areia em carrinhos de mão, quando a situação seria facilmente resolvida com uma máquina pequena. Facilitaria a vida dos funcionários e pouparia esforços que lhes poderão vir a trazer problemas de saúde no futuro.

Recorda que numa das últimas sessões já tinha feito comentários sobre a forma como os funcionários do cemitério tomam banho. Tem a dizer que a informação que lhe tinha chegado não estava correcta e que afinal não há qualquer problema.

Solicita informação ao Sr. Presidente da Assembleia se chegou ao seu conhecimento um Plano de Formação feito pela Comissão de Protecção de Menores. Foi surpreendido com um telefonema em cima da hora questionando se iria participar nesse Plano ao que respondeu que não tinha conhecimento do assunto. Foi na altura informado que essa documentação teria sido enviada aos serviços da Assembleia Municipal e que, certamente por qualquer falha, não lhe teria chegado a informação, uma vez que a formação seria extensiva à Comissão Alargada.

Recorda um outro assunto já referido anteriormente o qual se refere ao perigo, quer para os peões quer para as viaturas, no troço a seguir à escola de Aires, uma vez que as bermas são valas formadas por manilhas cortadas. Não existe segurança para as pessoas que circulam a pé no local uma vez que não existem passeios, pelo que solicita o assunto não seja esquecido.

A última questão tem a ver com algumas notícias que vieram a lume na imprensa local sobre o relacionamento do Palmelense Futebol Clube e a Palmela Desporto. Tentou inteirar-se da situação mas tem algumas dúvidas sobre a informação recolhida, Espera que o diferendo já tenha sido ultrapassado e que tudo esteja a funcionar com normalidade. Deste modo, solicita esclarecimento por parte da Sra. Presidente.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

De imediato apresenta Moção sobre criação do Conselho Municipal de Juventude de Palmela, que ficará apensa à acta. Refere que esta Moção surgiu no seguimento de uma iniciativa promovida pela Juventude Social Democrata que, em diálogo com o grupo do PSD na Assembleia Municipal decidiram elaborá-la, estando aberta a sugestões, quer da Câmara Municipal quer dos membros da Assembleia.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta se alguém quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Antes de falar da Moção gostaria de aproveitar a oportunidade para se congratular pelos resultados obtidos no referendo dia 11 de Fevereiro, dia histórico na democracia portuguesa. O PCP e a CDU há mais de vinte anos que vêm lutando e continuarão a lutar, até ser implementado este direito constitucional. Apesar de continuarem nesta luta não se consideram os grandes vitoriosos desta grande acção que tem vindo a ser desenvolvida. Gostariam de deixar registado, para ficar na história da democracia, que esta vitória não é do PCP, nem do PS, mas sim a vitória das mulheres portuguesas.

Em relação à Moção solicitam, ao abrigo do Regimento, que seja feito um pequeno intervalo de cinco minutos.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Aproveita a oportunidade para enaltecer a presença da comunicação social, mas lamenta que nas últimas sessões o mesmo não tenha acontecido. Num Concelho onde existem dois órgãos de rádio e três de impressa escrita, apesar de saber que em crise é difícil, é pena que não se verifique uma presença mais assídua, como forma de participação em democracia.

Em relação ao referendo do Aborto diz que é com grande satisfação, e congratulação, concordando que é uma vitória das mulheres, uma vitória de todos, e em muito particular deste distrito que deu um grande contributo. É sobretudo uma vitória da democracia porque éramos um ponto negro na democracia europeia, neste aspecto da consagração dos direitos das mulheres.

Quanto à Moção diz que a bancada do Partido Socialista concorda com a mesma e vão votar favoravelmente. A questão de fazer a juventude participar não pode ser por decreto. A Câmara Municipal de Palmela, este Concelho e as Escolas, têm órgãos onde a juventude pode participar. O que acontece na realidade é que os jovens se demitem dessas responsabilidades, pelo tem que se ver o que é que está na origem dessa atitude. Dá como exemplo o Conselho Municipal de Educação em que o representante das Associações de Estudantes nunca aparece. Nos Conselhos Pedagógicos das Escolas e nas Assembleias de Escola, em que estão representados as Associações de Estudantes, verifica-se que apenas pedem o documento em como foram convocados para faltar às aulas mas não comparecem às reuniões. O que é importante é formar melhor os jovens nas escolas para que tenham uma participação activa na vida pública. Deste modo, acha que alguns dos considerandos na Moção não estão muito correctos, mas que não invalidam a aprovação da mesma.

Sr. Carlos Guinote do BE apresenta cumprimentos aos presentes.

Congratula-se pelo facto dos membros que o antecederam terem demonstrado muita satisfação pela vitória no referendo do Aborto, mas lamenta que não tenham aprovado a Moção que apresentou, para que o debate no Concelho de Palmela fosse o mais amplo possível.

Em relação à Moção em discussão, diz que é a passagem de uma certidão de incompetência à Comissão Permanente que está constituída para tratar dos problemas da juventude e desporto, de que faz parte e da qual o Sr. Dr. Miranda Lemos é coordenador. Acha que, ou se cria este instituto proposto pelo PSD, ou então que intervenha a Comissão que tem a função de discutir os problemas da juventude e do desporto, para se ver que caminhos é que se

podem tomar, pois o que é proposto é muito vasto, desde logo começando pelas infra-estruturas. Deverá ter uma discussão muito mais ampla do que esta.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que admira muito o espírito jovem do Sr. Carlos Guinote, mas vê-lo como representante dos jovens do Concelho é um pouco forçado.

O que está aqui em causa não é isso, mas sim a criação de um Conselho Municipal de Juventude que dê a palavra aos jovens e que depois terá a sua articulação com a Câmara Municipal e com todos os outros órgãos. Termina dizendo que o PSD aceita que seja feito um intervalo de cinco minutos.

Sr. Presidente da Mesa, propõe que seja efectuado um pequeno intervalo de cinco minutos.

Pelas 22,00 horas retomaram-se os trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém quer intervir sobre a Moção.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, diz que existem algumas referências na Moção que a bancada da CDU de forma alguma pode subscrever, nomeadamente, quando se refere que há que assumir como prioritária uma política de juventude, tal como vem referida no quinto parágrafo.

Acham que existe uma política de juventude clara e objectiva neste Concelho, política essa que não vem de agora, que tem dado os seus frutos e que resulta em grande parte do exercício do poder local dos autarcas da CDU. Resulta ainda, do incentivo à participação dos jovens na construção do futuro desta comunidade que é o Concelho de Palmela. Gostariam também que, da parte dos sucessivos Governos, incluindo os Governos do PSD, tivesse havido esta grande preocupação com a juventude, o que não tem sucedido em várias ocasiões, momentos e circunstâncias.

Recorda que a Câmara Municipal de Palmela tem efectuado um trabalho muito meritório ao longo dos anos, trabalho em parceria com o movimento associativo jovem. Exemplo disso são iniciativas como “Março a Partir”, em parceria com associações juvenis e que engloba um conjunto muito diversificado de eventos culturais, recreativos e desportivos. A própria aposta na criação de infra-estruturas de apoio à juventude como é o caso dos Centros de Recursos para a Juventude, estando prevista a abertura para muito breve do Centro de Recursos no Pinhal Novo.

Por tudo isto as referências que constam na Moção são injustas, quer para a autarquia quer para os técnicos municipais desta área.

Esta proposta de criação de um Conselho Municipal de Juventude não é novidade, porque consta no programa eleitoral da CDU para este mandato.

Estão de acordo com a criação do Conselho Municipal; concordam que se ouça a juventude do Concelho; que se dialogue no sentido de identificar os objectivos deste Conselho Municipal e qual poderá ser a sua intervenção no futuro. Mas, não podem, de forma alguma, validar alguns considerandos, apesar de irem votar favoravelmente.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Sr. Carlos Guinote do BE, refere o problema existente na urbanização junto a Vila Serena, em Pinhal Novo, relacionado com os lancis que se encontram cortados causando problemas de acessibilidade às pessoas. Em intervenção anterior sobre o assunto teve a informação da Sra. Presidente de que iriam ver o que se estava a passar. Pergunta se já há alguma resolução para a circulação naqueles passeios, especialmente para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida,.

Informa que o Bloco de Esquerda aguarda resposta a um ofício que enviaram ao Instituto de Estradas de Portugal, sobre o problema da rotunda à entrada do Modelo de Pinhal Novo e dos acessos ao Lidl de Palmela, uma vez que acham que a actual situação não é a correcta.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos aos presentes fazendo uma saudação especial à Sra. Presidente da Câmara.

Vai apresentar algumas questões que deixa à consideração da Câmara Municipal e, se for caso disso, ao seu esclarecimento.

Refere a existência de algumas matilhas de cães em várias localidades da freguesia de Quinta do Anjo, pelo que gostariam de saber quais as medidas previstas para o problema. Preconizam medidas que de dois tipos, ou seja, soluções no imediato para que se tranquilizem as pessoas, e se salvem algumas ovelhas para a produção de queijos, por outro lado, soluções de fundo, nomeadamente com a construção do canil. Aproveita para perguntar para quando se prevê a sua entrada em funcionamento.

Outra questão tem a ver com duas acessibilidades importantíssimas no nosso Concelho: pretende saber o que se passa em relação aos cerca de 16 km da estrada de Aires. Outra acessibilidade é a conhecida estrada da Coca Cola em Vila Amélia, com cerca de 6 Km, que dá acesso à auto-estrada para Lisboa, e por ela entram e saem do Concelho centenas de viaturas ligeiras e pesadas. É do conhecimento geral que o mau estado da estrada é evidente e provoca frequentes acidentes. Para além destas acessibilidades constarem há muito de diversos planos de intervenção pretende saber qual o calendário de início e de fim para estas intervenções; que tipo de trabalhos se vão realizar, e em que fase estão; se estão lançados procedimentos; quando se pensa construir; com que custos; fontes de financiamento, etc.

Por último, atreve-se a sugerir à Sra. Presidente e aos Srs. Vereadores que seja incentivada a participação dos interessados na resolução dos problemas. Exemplificando, refere o caso da estrada da Cola Cola, onde existem mais de cinquenta empresas espalhadas ao longo da via e em que se poderia envolver estes interessados no encontrar de soluções. Em vez da sua participação, na gestão do território que usufruem, ser apenas através do pagamento de impostos, taxas ou derrama, porque é que não se transforma numa participação do fazer/acontecer. Era útil que começássemos a pensar em novos modelos de participação na vida da comunidade, no sentido de se começar a pensar individualmente no que se pode fazer pelo Concelho de Palmela e não o que é que Palmela, ou o Estado, pode fazer “para mim como cidadão ou como habitante deste Concelho”.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que a sua intervenção tem a intenção de colocar duas questões. A primeira colocou-a já há três anos, na qualidade de munícipe, coloca-a agora, pela segunda vez, enquanto membro desta Assembleia. É uma questão caricata e única no País porque a freguesia do Poceirão, na sua área de cento e quarenta e seis quilómetros quadrados, continua incógnita, não existe.

A Câmara criou a freguesia do Poceirão em 1988 e até agora não fez um levantamento geral e concreto dos limites da freguesia. Por este facto os prédios urbanos estão em nome do Poceirão e os prédios rústicos, em toda a sua área, continuam em nome da Marateca. Exemplificando diz que dentro da sua casa está na freguesia do Poceirão, mas ao pôr o pé fora de casa está na freguesia de Marateca, o que é caso único no País. O Instituto Cartográfico quando questionado sobre esta situação diz que aguarda a definição dos limites das duas freguesias e neste caso concreto da freguesia do Poceirão.

Nas Finanças de Palmela cada vez que se lá vai tratar de um documento só se riem desta situação. Tudo isto seria engraçado se não fosse uma falta de respeito pelos Poceirenses, pelos habitantes do Poceirão. O que é que se diz a um jovem que tem dezoito anos, que já nasceu na freguesia do Poceirão, e que tem que tratar de um documento?

Em sua opinião é uma forma que a Câmara encontrou para não distinguir os clandestinos e assim transforma toda a freguesia em clandestinos, o que é extraordinário.

Mas isto é sobretudo humilhante para os Poceirenses que quando precisam de um documento têm que se deslocar à Câmara Municipal de Palmela, como já lhe aconteceu, para pedir um papel que diga que vivem na sua terra. Não gosta muito de repetir as questões e espera não ouvir as mesmas desculpas que ouviu há três anos.

A segunda questão é sobre a agenda Catavento, e solicita a atenção da Câmara para dois aspectos sobre esta agenda. Um é sobre a sua distribuição, uma vez que seria bom que fossem actualizados os dados das moradas para onde estão a ser enviados porque há destinatários que já faleceram há muitos, muitos anos. Outros são enviados para moradas há muito desabitadas o que levou um seu amigo, por graça, a dizer: *"… com o Salazar os mortos votavam, com a CDU recebem o Catavento."* É tudo uma questão de números. Outro aspecto é sobre a discriminação que a agenda do Catavento faz na promoção das gentes e do turismo da nossa terra. Como exemplo refere um Catavento que nas páginas trinta e trinta e um, em relação aos restaurantes, aparece uma referência a dizer que é uma lista de estabelecimentos que cumprem a legislação em vigor. Pergunta se a lista dos estabelecimentos que cumprem a legislação em vigor é só os que constam no Catavento e se todos os outros são ilegais no Concelho? Isto é uma forma de promovermos o turismo no Concelho? Em sua opinião, é uma falta de respeito por todos os outros restaurantes do Concelho e não devemos esquecer que o Catavento é pago por todos nós, custa cerca de cinco mil euros/mês e está classificado no Orçamento com a rubrica 020220. Termina dizendo que se a promoção do Concelho preocupa a Câmara, gostaria de ouvir um comentário sobre esta matéria.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, não pode deixar passar esta última intervenção porque recorda de em anterior sessão desta Assembleia, em início de mandato, se ter abordado esta questão do Catavento, inclusivamente do atraso na sua distribuição. Na altura, a resposta da Câmara Municipal foi que iria haver uma reformulação do Catavento e dos seus conteúdos, o que

é certo é que até hoje parece que não foi efectuada. Deste modo, gostaria de corroborar a intervenção, até porque já tinham efectuado o mesmo tipo de intervenção.

A questão principal que o leva a intervir tem a ver com segurança e com as rotundas em Pinhal Novo. Pergunta porque é que se insiste em colocar objectos perigosos nas rotundas. Dá como exemplo a rotunda da praça da Independência onde estão colocados ferros, outra na urbanização do Garcia, tem blocos de cimento tendo um deles já sido destruído por um acidente. Acha que em questões de segurança rodoviária deveria de haver uma maior atenção da parte da Câmara Municipal em relação a este tipo de situações que são pontos negros em matéria de acidentes.

Por último gostaria de saber em que situação se encontra o Conselho Municipal de Segurança, em termos de eleição dos representantes da Assembleia e realização de reuniões.

Sr. Faustino Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação à intervenção de José Manuel Silvério diz que é um assunto muito preocupante porque não é bom nem para Poceirão, nem para Marateca. Se os terrenos da freguesia de Poceirão ainda estão hoje como pertencentes à freguesia de Marateca sem lhe trazerem quaisquer benefícios, também lamenta que empreendimentos em Vale da Abrunheira e Golf do Montado, dentro da freguesia de Marateca, pertençam a Palmela.

Aqui é que a freguesia de Marateca está a ser espoliada monetariamente, porque estes empreendimentos criam dinheiro no orçamento da Junta de Freguesia, só que estão a beneficiar a Junta de Freguesia de Palmela. Todos aqueles terrenos, com muito maior valor do que os da freguesia de Poceirão, estão ainda hoje como pertencendo à freguesia de Palmela. O que é certo é que quem trabalha neles e quem faz o que as populações querem é a freguesia de Marateca.

A Câmara Municipal não prevê o aumento de protocolos, nem de verbas para o orçamento da Junta de Freguesia porque não existem construções nem estruturas que justifiquem mais investimento. Só que esse investimento existe mas não está contabilizado na freguesia de Marateca.

Fala hoje deste assunto para esclarecer a verdade, aquilo que perderam ou aquilo que têm e não ganham nada. Mas aquilo que perderam, continuam a perder e muito.

Isto é tanto mais grave porque na campanha eleitoral anterior procurou estabelecer os limites da freguesia de Marateca e para isso serviu-se de um mapa que a Câmara lhe facultou. Procedeu à colocação das placas nos limites que o mapa lhe indicava, não avançou nem recuou um metro, foi ameaçado de tudo e mais alguma coisa, inclusive com processos judiciais, porque estava a colocar placas dentro dos limites de outra freguesia. Para resolver este assunto o Sr. Vereador Adilo Costa disse-lhe para deixar como estava que depois das eleições se esclareceria tudo.

Ainda está à espera que o assunto seja falado porque é um assunto que carece de uma resolução. A freguesia de Marateca apenas pretende aquilo que está no mapa, não quer tirar nem dar nada a Poceirão. Quer que fique tudo definido como forma de homenagem a todos aqueles que tanto trabalharam para que houvesse a divisão das freguesias. Por sua vontade não era assim que ficava e os limites seriam outros, evitando-se tantas curvas e bicos na definição da freguesia.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, diz que a sua intervenção tem a ver com uma observação feita pelo Sr. Carlos Martins relativamente à ausência de modelos de participação local dos cidadãos neste Concelho.

Esta afirmação só é compreensível de quem chegou há pouco tempo ao Concelho de Palmela, porque o trabalho com as populações e para as populações sempre foi apanágio das autarquias da CDU ao longo destes mais de vinte anos de poder local neste Concelho. Dá como exemplos o orçamento participativo e o atendimento público dos eleitos da Câmara Municipal nas várias freguesias.

Pode-se ainda falar das semanas das freguesias, da criação do Conselho Local de Educação em parceria com comunidade educativa, do trabalho com as comissões de moradores e muitos outros e variados exemplos neste domínio de participação local dos cidadãos em Palmela. Termina dizendo que há críticas que até compreendem, mas críticas como estas é algo que de forma alguma podem aceitar, porque são injustas.

Sr. Presidente da Mesa, antes de dar a palavra à Sra. Presidente da Câmara e dado que lhe foram colocadas directamente duas questões, gostaria de dizer ao Sr. António José Santos que, de acordo com as informações que lhe chegaram e daquilo que sabe, não teria chegado à Assembleia Municipal nenhuma informação sobre o curso de formação da Comissão de Protecção de Menores. Pode ter havido algum engano e isso poder-se-á averiguar mais tarde.

Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, gostaria de dizer que os partidos que aqui estão, salvo uma ou outra honrosa excepção, ainda não indicaram os seus representantes. Razão, essa, que tem dificultado a Sra. Presidente da Câmara em convocar o Conselho.

De imediato dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas à Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos aos presentes.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. António José Santos gostaria de dizer que:

- em relação ao cemitério, conseguiu apurar junto do Sr. Vereador Octávio Machado que as famílias têm o direito de reclamar as pedras, mas frequentemente essa situação não acontece. As pedras ficam em monte no cemitério, tendo sido vista a possibilidade, pelos serviços competentes, de ser efectuada a retoma de algumas dessas pedras, por parte da pessoa que trata dos mármores. Não há outro destino que não seja, eventualmente, mantê-las em monte ou discutir uma hipótese de retoma. Quanto ao transporte das areias estão a diligenciar no sentido de ser arranjada uma pequena máquina que simplifique a função e simplifique a tarefa do trabalhador.

- os acessos à escola de Aires ainda são consequência da intervenção da REFER que só por grande insistência da Câmara diligenciou alguma coisa em relação às águas pluviais. Aquilo que lá se vê é ainda, apesar de uma má solução, a única solução que a REFER aceitou executar de modo a permitir o escoamento das águas pluviais. A REFER deu a obra como terminada e neste momento não há alternativa que não seja a própria Câmara vir a encarar uma solução, que não será imediata, para evitar algum problema mais grave.

- quanto ao relacionamento do Palmelense com a Palmela Desporto tem a dizer que a Câmara Municipal não se envolveu nesta questão nem nunca a valorizaram. Tanto quanto sabem,

pela parte do Conselho de Administração da Palmela Desporto, ter-se-á tratado de uma questão de comunicação que já está ultrapassada. Ou seja, não há nenhum problema entre a Palmela Desporto e o Palmelense. Com todo o respeito pelos órgãos de comunicação social, o facto de se discutirem alguns temas na praça pública e não directamente entre dirigentes, leva a estas situações.

- não querendo ser deselegante ao comentar uma proposta discutida na Assembleia Municipal, mas gostaria de deixar uma pequena nota em relação à proposta de criação do Conselho Local de Juventude. É um tema que já foi abordado entre a Câmara e as Comissões de Jovens e que continuará a ser alvo de discussão. Sem se querer imiscuir na discussão que os Srs. Membros da Assembleia tiveram, gostaria de dizer que pensam que a discussão deste assunto caberá às associações e aos jovens, nomeadamente as funções, a composição, etc., e serão eles que terão uma palavra determinante sobre o futuro desse órgão.

- relativamente às questões colocadas pelo Sr. Carlos Guinote, nomeadamente as relacionadas com mobilidade no loteamento do Monte Novo, em Pinhal Novo, diz que o loteamento ainda não esta concluído, pelo que ainda não foi feita a recepção definitiva e existe um problema por parte do loteador em concluir as obras. É um assunto que está, e continuará a ser acompanhado, mas é notória a dificuldade de circulação para pessoas com mobilidade, quanto mais para pessoas com mobilidade reduzida. Quanto ao acesso ao Lidl, refere que está aprovada uma rotunda, prevista para a frente das antigas instalações da Unicervi, e que vai permitir que os condutores deixem de fazer manobras perigosas nomeadamente inversões de marcha indevidas. Está a aguardar-se a melhor oportunidade para ser construída o que irá acontecer provavelmente com a construção de projectos que estão previstos para aquela zona, ainda durante este mandato. Em relação ao Modelo, não haverá entrada directa uma vez que foi uma condição colocada pelo Instituto de Estradas, por aumentar o perigo naquela estrada nacional.

- ao Sr. Carlos Martins diz que o problema dos cães em Quinta do Anjo começa a ser uma questão recorrente e não se vê outra alternativa que não seja intensificar as acções de recolha dos animais. Ainda não se conseguiu perceber a sua origem, tendo sido já alvo de insistências quer da Junta de Freguesia quer dos próprios ovelheiros. A propósito vem a questão da construção do futuro canil, informando que ficou como responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal a aquisição do terreno, cabendo a Palmela fazer o projecto que vai ser iniciado brevemente. Quanto à estrada da Coca Cola, refere que só se prevê uma intervenção de fundo em 2010, e consistirá na colocação de um tapete completo. Até lá, será necessário efectuar algumas intervenções pontuais dado o estado avançado de degradação do piso. No que respeita às acessibilidades em Aires, pensa que poderia estar a referir-se à variante e ao troço da variante que está compreendido entre as urbanizações de Aires o qual está contratualizado no âmbito dos projectos de loteamento previstos para o local. A variante à EN 252, que deve vir de Setúbal e chegar até ao cruzamento da auto-estrada, é uma grande obra que vai ser faseada. Tal como em Quinta do Anjo se prevê que sejam os promotores do Palmela Village a executar um troço da grande variante à EN 379, também aqui se prevê que no âmbito dos loteamentos aconteça uma parte dessa obra. Não sabe dizer para quando mas está prevista para os próximos anos, na medida em que os loteamentos não podem estar concluídos antes da execução dessa obra.

- em relação à questão da freguesia do Poceirão, colocada pelo Sr. José Manuel Silvério, refere que é muito complexa e, não depende apenas da Câmara Municipal, porque serão

necessárias muitas e muitas reuniões, envolvendo todas as freguesias limítrofes que não são só do Concelho de Palmela mas também de outros concelhos. Os limites desta freguesia mexem com os limites das freguesias de Marateca, Pinhal Novo e Palmela e também com várias freguesias de concelhos como Montijo, Setúbal, Alcácer do Sal e Vendas Novas. São dezenas de freguesias que estão em causa, sendo um trabalho muito intenso e moroso que a Câmara está a preparar, apesar de ser uma responsabilidade do Instituto Geográfico Português.

- relativamente ao Catavento, pensa que não poderia ser doutra maneira, ou seja não poderia deixar de ser cumprida a lei, uma vez que os estabelecimentos de restauração têm que ter um mínimo de requisitos para serem anunciados em publicações municipais, e isso é que defender o dinheiro e os direitos dos contribuintes. Quanto à revisão do Catavento pensa que as afirmações do Sr. José Manuel Silvério não seriam tanto em relação ao conteúdo, mas sim ao método de distribuição. Há uma parte que já se conseguiu que foi a correcção de duplicações de nomes na base de dados, mas admite que a distribuição ainda não tenha sido totalmente corrigida. Mas é um processo que está em permanente actualização e correcção. A base de dados que é utilizada é a das águas, e as correcções vão-se fazendo à medida que as informações dos munícipes vão chegando aos serviços, porque é a forma mais simples e eficaz de o fazer.

- ao Sr. Carlos Vitorino diz que registou a questão do Conselho Municipal de Segurança e os Srs. Vereadores anotaram as questões relativas à segurança rodoviária.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, em primeiro lugar gostaria de esclarecer dois aspectos.

O primeiro, menos relevante, é informar o Sr. Luis Calha que todas as semanas de há vinte anos a esta parte vem a Cabanas e, desde o ano de dois mil, vive permanentemente em Cabanas, aldeia muito bonita da freguesia de Quinta do Anjo.

O segundo, mais relevante, é que o aprofundamento das parcerias, do trabalho com os cidadãos, do trabalho em equipa, do trabalho com jovens, com idosos, com todas as pessoas que moram e vivem na nossa freguesia e no nosso concelho, nunca é demais. E o aprofundar da democracia também é como o amor, nunca é demais.

Acerca do Relatório da Actividade Municipal quer deixar algumas questões que gostaria de ver, se possível, esclarecidas:

- Plano de urbanização de Quinta do Anjo – pensa que, independentemente da chegada dos pareceres da CCDR, se deveria dar a conhecer o plano para que os Quintajenses o fossem analisando e se ouvisse o que as pessoas têm a dizer.
- Plano de urbanização de Cabanas – é referido que a equipa terá finalizado a proposta na primeira quinzena de Fevereiro e também terá sido submetido à CCDR para parecer. Pensa que através da Junta de Freguesia, os Cabaneiros poderiam ter acesso às propostas e ganhava-se tempo, mobilizava-se as pessoas e participava-se democraticamente.
- Plano de Pormenor da Aldeia do Bacelo – acha que seria útil que se desse a conhecer à população, o ponto de situação dos trabalhos e pretende saber quanto tempo é que falta para que a equipa termine o trabalho de tratamento do plano de pormenor.
- Plataforma Logística do Poceirão – o que é, quando, como e quanto é a tão falada e chamada plataforma. Trata-se de um projecto nacional ou local? Como é que se articulam ambos uma vez que é referido no Relatório que estão a ser elaborados estudos de acessibilidades. Esses estudos não deveriam ser feitos a nível central apoiados pela autarquia?
- Por último um exemplo e uma crítica a alguns pontos do Relatório e tem a ver com a quantidade de números que é colocado. Foram feitas, de acordo com o Relatório, trezentas e cinquenta e três análises de água, o que é correcto. Pergunta que resultados se obtiveram e que respostas, para os casos onde as coisas não estão bem. Isto é um exemplo de um número que nada significa.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à questão das análises, concorda que possa ser feita uma súmula dessa informação. Este número de análises que aparece referido, que aceita possa não ser muito relevante, é obrigatório divulgar o seu resultado nas Juntas de Freguesia. Todas e cada uma das análises feitas, têm os seus parâmetros divulgados nas Juntas de Freguesia.

A questão da Plataforma Logística, totalmente alheia à Câmara Municipal, é uma responsabilidade da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, tendo sido solicitado o contributo da autarquia. Deste modo, foi feita a identificação exacta dos terrenos e suas características, o que ajudou a definir melhor a exacta localização, numa zona onde não existam sobreiros. A zona onde está prevista a construção da Plataforma é uma zona completamente limpa. Estão também feitos os estudos das acessibilidades e aqui, não sendo competência da Câmara, é de todo o interesse que sejamos nós a fazê-los para salvaguardar algumas questões fundamentais. O Concelho não pode ser atravessado por uma via que não interessa aos cidadãos. Não podem ser substituídas vias fundamentais para a circulação dos cidadãos, sendo preteridas por uma qualquer ligação rápida daquela zona a uma auto-estrada. Há questões que são do interesse do Concelho e por isso a Câmara Municipal, com os seus serviços de Planeamento e Rede Viária, definiu corredores e orientações das vias que devem ligar a Plataforma Logística às principais vias que estão no Concelho, concretamente às auto-estradas.

Em relação aos planos de urbanização de Quinta do Anjo e Cabanas e plano de pormenor da Aldeia do Bacelo, sem grandes pormenores, tem a dizer que não há nenhum problema em discutir apenas os termos de referência com as populações, antes de se terem elementos que resultam do parecer da CCDR. Mas a experiência diz que, em alguns casos, isso contribui para suscitar uma certa confusão nas pessoas. Ou seja, tendo a Câmara Municipal uma proposta, e estando em apreciação pela CCDR, será mais útil divulgar apenas o que venha a ser concertado entre as equipas. A fase de consulta pública de qualquer dos dois planos ainda está por acontecer, e será feita como de habitual, de forma alargada e estendida no tempo, de modo a que as pessoas possam participar. O levantamento do plano de pormenor da Aldeia do Bacelo tem a ver, em concreto, com as próprias características/propriedades dos terrenos. A discussão pública também irá ser feita, em devida altura, e aí o tema será discutido em mais pormenor.

2 – Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, gostaria de sublinhar um ou dois aspectos deste trabalho sobretudo aquilo que não é dito na proposta que em sua opinião é bastante clara.

Este trabalho foi feito no âmbito de um processo mais alargado, que não é apenas o processo de revisão da estrutura orgânica, o qual assentou na constituição de grupos de trabalho internos para avaliação do estado da organização.

O grupo de trabalho para a revisão da estrutura foi um dos grupos de trabalho, mas também foram constituídos outros.

Um deles teve o objectivo de tratar das questões relacionadas com as pequenas poupanças que a organização pode fazer e que tem vindo a trabalhar na recolha de sugestões dos trabalhadores, para melhorar o desempenho em matéria de economia interna, nos pequenos e grandes procedimentos.

Outro grupo, relacionado com as questões dos recursos humanos, tem como objectivo trabalhar em torno dos pequenos problemas, ou pequenas dificuldades de enquadramento, ao nível dos recursos humanos, os quais podem ser resolvidos com pequenas acções que melhoram em muito o estado de ânimo da organização e resolvem problemas concretos dos trabalhadores.

Com estes exemplos pretende demonstrar que todo o projecto de qualificação dos serviços e do desempenho, é um projecto chave para o mandato. É nesse contexto que se insere a Revisão da Estrutura Orgânica.

Ainda no final do mandato anterior, foi feito um trabalho de avaliação sobre o estado da organização, o que levou a que, no início do ano de 2006, se tivesse iniciado o trabalho com uma referência muito importante. O estudo sobre a organização foi um trabalho de diagnóstico que passou pela utilização de diversos instrumentos de autoavaliação por um lado, e que conciliou também a intervenção de uma auditoria externa realizada por uma empresa. Da combinação da

auditoria externa com a autoavaliação feita, resultou a ideia de que, entre outras medidas de correcção ao funcionamento, deveria constar a revisão da Estrutura Orgânica.

A Estrutura Orgânica anterior tinha sido aprovada no ano 2000 e, embora não fosse muito antiga, resultava de um quadro interno e externo substancialmente diferentes. No ano 2000, havia uma expectativa de crescimento do Concelho que não veio a confirmar-se do ponto de vista das receitas financeiras. Aliás, este orçamento é exemplo da inversão desse crescimento. Houve alterações no país, das quais destaca a mais substancial de todas que foi a nova Lei das Finanças Locais, com as novas atribuições e competências das autarquias locais. Todo este contexto que se alterou de 2000 para cá, em opinião do executivo, justificava a revisão da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal no sentido de adaptar este indispensável instrumento de funcionamento da autarquia, por um lado à realidade do Concelho, por outro lado, às contingências e recursos financeiros e finalmente à evolução da organização.

No que respeita às orientações políticas para este trabalho, eram as de que deveria ser uma estrutura contida, que respeitasse a situação financeira do Município, e enquadrando aquilo que se prevê para o próximo futuro, que não é muito melhor, e que obedecesse aos mais modernos requisitos e pressupostos das organizações do trabalho. Pretende-se com isto uma organização forçosamente mais flexível, onde se privilegia a interacção e o relacionamento horizontal entre os vários serviços. Mais clara para todos os trabalhadores mas sobretudo, para os munícipes em particular, e os cidadãos em geral. Uma organização resultado das mais modernas metodologias de trabalho e técnicas de análise, que resultasse num “achatamento”, em relação ao modelo anterior, para que as bases e o topo estejam mais próximas e para que todo o processo de comunicação seja mais fluente e com menos entupimentos dentro da própria estrutura.

Teria que ser uma estrutura essencialmente virada para as prioridades de trabalho, as opções políticas que foram sufragadas pelos munícipes e que valorizasse muito o munícipe, a sua necessidade de se relacionar com a autarquia e de ser informado por ela, e que representasse uma maior racionalidade na forma de funcionamento. É por isso que a estrutura aponta para um número de unidades que, globalmente, é inferior à estrutura que está em vigor, aponta também para uma visão mais especializada do trabalho, procurando concentrar nas mesmas áreas toda a intervenção do sector. Exemplo disso é o caso da área do urbanismo, que tinha até ao momento dois departamentos distintos e que nesta estrutura se procurou concentrar todas as tarefas num único departamento, com o intuito de clarificar funções, internamente bem como para o exterior.

É uma estrutura que veio valorizar as atribuições e competências que entretanto foram cometidas às Câmaras Municipais. Valoriza o espírito de trabalho em comissão, numa lógica de flexibilidade que as estruturas hoje devem ter. Em termos de novidades, para além do urbanismo, existe toda uma concentração da actividade de fiscalização, com a criação de uma divisão própria; a criação dum novo departamento orientado para os serviços a prestar ao munícipe; o reforço da área de infra-estruturas, que é a única que cresce no número de divisões, como forma de garantir uma maior facilidade de gestão dos serviços urbanos e integrando a preocupação da qualificação do espaço público, com a criação de uma nova divisão para esse efeito; a introdução de uma função nova que é a de desenvolvimento estratégico, que procura aglutinar de uma forma prospectiva o trabalho que cabe aos municípios, ou seja, olhar para as estratégias de desenvolvimento e procurar, do ponto de vista dos investimentos e do ordenamento do território, aquilo que possa interessar ao nosso futuro.

Na generalidade, gostaria de dizer que a estrutura está organizada em torno de três níveis de direcção: o de departamento, de divisão e o de secção. Mantém aquilo que a própria lei prevê, e que caracteriza e muito bem a orientação de flexibilidade, que são projectos municipais nalguns casos, com horizonte temporal limitado e noutros casos, independentemente da questão do horizonte temporal, quando se trata de projectos estratégicos e transversais a toda a organização, também foi dada esta característica de projecto municipal. Como exemplo, refere o Gabinete de Participação e Acção Local, o Gabinete de Estudos e Qualidade, o Gabinete de Desenvolvimento Estratégico, o Gabinete de Planeamento, Controlo e Qualidade de Infra-estruturas mas também o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico e o Gabinete de Recuperação de Áreas de Génese Ilegal.

Para terminar sublinha que este trabalho aconteceu com um fortíssimo envolvimento dos trabalhadores, particularmente das chefias que foram chamadas a um trabalho muito intenso. Toda a proposta foi construída em dezenas de reuniões de trabalho realizadas com todos os trabalhadores da Câmara que criticaram as propostas que a empresa foi fazendo, que construíram novas propostas e o resultado a que se chegou, sendo um trabalho tecnicamente credível e que contou com a assessoria externa muito valiosa, foi graças ao envolvimento de todos. Estão convencidos que é um trabalho que corresponde não só aos objectivos do executivo e principais desafios que se colocam ao Concelho, como também, uma parte significativa, das pessoas que se envolveram.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem pretende intervir neste ponto.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta cumprimentos a todos os presentes fazendo menção especial à presença da comunicação social na sessão.

Em relação ao projecto de Reestruturação Orgânica da Câmara gostaria de tecer alguns comentários, recordando que quando o último projecto foi avante era membro da Assembleia Municipal, tendo na altura sido realizada uma reunião com a Câmara Municipal para tratar de alguns aspectos relacionados com esse projecto.

Neste momento há novas atribuições e competências e a Câmara tem que fazer face a novos desafios. Recorda que isso vai acontecer numa altura em que há uma forte contenção financeira e uma Lei de Finanças Locais que penaliza concelhos com características e dimensão semelhantes ao de Palmela.

Parece-lhe que o método seguido nos trabalhos preparatórios foi bom, apesar de não ter tido acesso ao relatório, uma vez que envolveu uma consultora, os serviços, os dirigentes e os trabalhadores. Este processo contribuiu de uma forma feliz e deu uma grande oportunidade para melhorar esta estrutura orgânica.

É certo que a reestruturação vai no bom sentido, uma vez que sente que há racionalização de serviços e que há alguma preocupação com a contenção dos custos correntes. O achatamento da pirâmide hierárquica é excelente porque encurta o processo decisional, o que é bom para os serviços e sobretudo para os munícipes. Por outro lado, permite um melhor contacto entre a base e o topo.

Achou interessante uma certa aposta numa estrutura matricial, nomeadamente pelos grupos de trabalho interdisciplinares que são indispensáveis para fazer face a uma realidade rica, multifacetada que tem diversíssimos aspectos e onde tem que haver especialistas vários.

Pensa que é uma reforma inteligente, com mérito, mas claramente incompleta porque não vê uma adesão clara da reestruturação dos serviços, com objectivos estratégicos. Com já tem referido, acha que a Câmara Municipal nunca definiu com muita clareza os seus grandes objectivos estratégicos, qual a missão, quais os grandes objectivos prioritários do Concelho. O que define normalmente é um catálogo de medidas.

Porque há pouca clareza em relação aos objectivos estratégicos, pensa que esta reforma é em parte uma oportunidade perdida e uma oportunidade falhada. No entanto, tem expectativas em relação a certos aspectos muito particulares que aqui aparecem.

Acha que o Gabinete de Desenvolvimento Estratégico pode ser um gabinete importante para produzir ideias, para se definirem estratégias claras e sem ambiguidades para o Concelho. No entanto, esta estratégia vai ser condicionada por aspectos políticos que certamente dividirão os vários grupos e partidos políticos aqui representados, mas é necessário que haja uma estratégia ainda que se possa ou não gostar dela. Deste modo espera que este gabinete permita uma melhor definição dos grandes objectivos para este Concelho.

Também tem expectativas em relação ao Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela que aparece como uma valência claramente reforçada, porque o Centro Histórico de Palmela é um aspecto que sempre tem preocupado o PSD uma vez que é valiosíssimo e não tem tido o tratamento que todos gostariam que tivesse.

Também ficou à espera que existisse um gabinete, não um mero Gabinete de Pinhal Novo, para aquilo que acha deveria ser uma grande intervenção de requalificação urbana no Pinhal Novo uma espécie de Polis para Pinhal Novo. Esse Polis duraria dois ou três mandatos e teria que ter financiamento público municipal, estatal, da União Europeia e também privado. Em sua opinião, a Câmara deveria repensar este ponto e criar uma equipa disciplinar para estudar este assunto que é fundamental para o Concelho.

Por último, e já no assunto do ponto seguinte, acha que em relação aos recursos humanos, mantendo o critério claro e certo de suprimir os lugares que estão vagos no quadro, acha que tem havido um maior esforço de redução de quadros nalguns aspectos. Refere como exemplo os técnicos de comunicação social dizendo que, apesar de vivermos no mundo da comunicação social, do Governo viver muito da gestão da comunicação social, todos os partidos se preocuparam com a comunicação social, pergunta, no caso do quadro de pessoal da autarquia, se não bastarão os dois lugares que existem actualmente, em vez de se criarem mais cinco. Em relação aos auxiliares administrativos, também existem muitos lugares vagos que poderiam ser suprimidos. Quanto aos auxiliares de serviços gerais, que são áreas que não são especializadas onde com as novas tecnologias se permite ganhar imensa produtividade, poderia ter havido um maior esforço de redução dos quadros com base nos lugares que tem hoje vagos, sem qualquer prejuízo dos serviços prestados aos munícipes. O mesmo se aplicaria aos cantoneiros de limpeza, aos cabouqueiros, etc.

No essencial, o que realmente interessa é que esta reestruturação orgânica permita servir os munícipes, permita prever o futuro e permita, com o apoio da Câmara, Assembleia Municipal e de todos nós, fazer com que uma óptica de longo prazo esteja sempre presente nas decisões,

para além daquela óptica um bocado populista do curto prazo. É com este voto, e com este desejo, que termina esta intervenção dizendo o sentido é o certo mas esta reforma é incompleta e insuficiente.

Sr. Presidente da Mesa, diz que é seu entendimento que a discussão dos pontos nºs 2 e 3 poderá ser feita ao mesmo tempo uma vez que estão interligados, pelo que os intervenientes seguintes poderão, se o entenderem, fazer o mesmo que o Sr. Dr. Bracinha Vieira.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em sua opinião, e na do Partido Socialista, estes dois pontos nºs 2 e 3 da Ordem de Trabalhos mereciam e deviam ser os pontos importantes e únicos desta sessão da Assembleia.

É que, gerir os interesses de um território e a qualidade de vida dos cidadãos que ai vivem e trabalham, é um tema muito sério, a necessitar de reflexão crítica para tomada de medidas difíceis, de rotura, mas inovadoras.

Mais dia menos dia, nesta ou em próxima legislatura, alguém tratará por nós do problema e aí, deitaremos as mãos à cabeça queixando-nos e tentando evitar o inevitável. Assim foi com as finanças locais e regionais, assim está a ser com as reformas na administração pública e assim será com as carreiras da administração pública e com a avaliação de desempenho.

Fazendo parêntesis e pedindo desculpa por não querer ofender ou denegrir o trabalho de ninguém, refere que os textos de suporte às propostas apresentadas são modelos ultrapassados, onde aqui e além se fazem serpentear modernismos como “análise SWOT, aplicação da CAF ou metodologia RADAR, não resultando qualquer aplicação destes habituais instrumentos nem nos considerandos nem nas propostas finais.

Já em 22 de Junho de 2006 se produziu, em *outsourcing*, um documento denominado “Modelo organizacional proposto para os serviços da Câmara Municipal de Palmela”, pelo que questiona porque não se desenvolveu desde essa altura e até agora, já tendo passado oito meses, um trabalho sistemático entre a autarquia, os partidos políticos, as instituições do conhecimento (escolas e politécnico de Setúbal), sindicatos e outros representantes da sociedade civil. A temática era merecedora de mais e melhor aprofundado tratamento e os resultados seriam certamente uma pedrada no charco na organização autárquica em Portugal. Não sonhar é ver curto. Sem sonho a vida não pula nem avança.

O espelho da organização/estrutura da Câmara Municipal de Palmela está na prestação ao cidadão dos seus serviços de informação e acolhimento e por todos nós que passamos por lá. Isto não é nenhuma crítica mas uma constatação e é um estado organizacional. As pessoas por si só não têm culpa, é a organização e a maneira como vivem que levam a situações como as que vai citar. Existe informação avulsa e decrepitamente pendurada em paredes e dispersa em expositores, as secretárias estão enfeitadas com aparelhagem tecnológica submersa numa desorganização de papel, as pessoas entristecidas que nem penosamente sorriem, abordando os pacientes cidadãos com um simpático “diga lá tem mesmo que ser”. Se este é o rosto, como será o coração da estrutura orgânica sem a motivação dos recursos humanos, em toda a instituição Câmara Municipal de Palmela.

Pareceria que o executivo da Câmara Municipal de Palmela, finalmente, se teria apercebido que era fundamental mexer na estrutura, na organização, na funcionalidade, na

adequação e formação dos recursos humanos às novas realidades da prestação de serviços ao público e não da prestação de serviço público somente. Esta reestruturação orgânica e do quadro de pessoal é mais do mesmo. É estática, não entende que passaram trinta anos, que estamos no século vinte e um e que todo o paradigma do serviço público local evoluiu e muito. Esta reestruturação orgânica e do quadro de pessoal não serve a ninguém. Nem aos funcionários, nem aos cidadãos, porque não compreende a realidade, não contribui para alterar hábitos e práticas, é conservadora, não é audaz, não prossegue objectivos de mudança de atitude e de comportamentos.

O Partido Socialista alerta para o facto de estar contra esta pseudo reestruturação, porque é uma atitude séria e de compromisso com as populações do nosso Concelho. Não se discorda apenas porque as margens políticas não convergem, discorda-se porque a problemática é relevante, porque mudar ficando tudo mesma não pode ser um comportamento de quem se diz de esquerda, do lado das forças do progresso e do desenvolvimento. Não é só no discurso fácil, que vende na comunicação social, que se pregam as diferenças de actuação política, é na prática e sobretudo junto dos cidadãos, para as oratórias se realizarem. O que vemos na actuação do Partido Comunista Português na Câmara Municipal de Palmela é falta de capacidade de inovar e incapacidade de gestão moderna sem qualquer visão de estratégia e desenvolvimento.

Com isto não pretendem, e mais uma vez refere, ofender ou fazer política pela política. Pretendem criticar e dizer que não é por aqui o caminho. Também aqui e agora, é preciso cumprir Abril, e o Partido Socialista não esquece que estar nos desafios da modernidade é honrar Abril e os que sofreram para aqui chegar. O Partido Socialista sempre reflectiu a evolução e a vida e tantas vezes não é fácil avançar sempre certo, mas o caminho faz-se caminhando, sem medo mas não perdendo o rumo, arriscando mas progredindo. Por isso colocam o desafio ao Partido Comunista Português e à Câmara Municipal de Palmela que, em nome dos cidadãos do Concelho, sejam ousados e ambiciosos.

O Partido Socialista defende que qualquer reestruturação deve ter presente que hoje vivemos em permanente mudança, num mercado global com enorme pressão competitiva, numa sociedade de informação, numa economia baseada no conhecimento, com os colaboradores a exigirem autonomia e com os cidadãos exigentes e a terem múltiplas opções de escolha, que tem que colocar-se ênfase na pequena escala, na flexibilidade, na diversificação.

A autarquia tem que preparar-se para partilhar cada vez mais poderes com o estado e com o mercado. A autarquia continua hierárquica e burocratizada, está demasiado grande para resolver pequenos problemas como as matilhas de cães, as roturas de água, a colocação de publicidade e até os licenciamentos e demasiado pequena para grandes problemas como sejam o ambiente, a água, as acessibilidades, a qualidade de vida no seu todo. A autarquia está cada vez menos virada para determinado tipo de intervenção pública de higiene, de caridade, de ensino, de obra. Isto é, deverá deixar de ser o centro e deve preparar-se para deslocalizar o poder para outras instituições, para organizações da sociedade civil, para o sector privado e para os cidadãos. A autarquia tem de encarar repartir responsabilidades com a sociedade, fazer parcerias com os cidadãos, cooperar mais estreitamente com as freguesias, melhorar a transparência da sua administração, ter a eficiência como objectivo. Então sim, renovar as suas estruturas e organização, visando servir o cidadão como eficiência e com eficácia. Mais do que fazer, as

Câmaras Municipais têm que fazer com que aconteça, mais do que impor normas e regras têm que obter apoios para as suas causas.

Por tudo isto o Partido Socialista votará contra esta proposta de Reorganização do Serviços Municipais e contra a proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação à Reorganização da Câmara Municipal e Alteração ao Quadro de Pessoal quer dizer que concorda com as linhas gerais e particulares da reorganização e que não entende a posição do Partido Socialista. Há coisas na vida de que se discorda e há outras que não entendem. Não se trata de uma mera discordância trata-se de não entender qual a posição do Partido Socialista. Gostava que tivessem sido mais concretizados alguns lugares comuns referidos na intervenção anterior.

O Sr. Carlos Martins referiu a CAF como uma modernice, isso só revela algum desconhecimento da CAF uma vez que é metodologia reconhecida pela União Europeia. É a metodologia de aplicação de sistemas de qualidade da Administração Pública que decorre duma metodologia europeia que é a FQE. Quanto às outras técnicas referidas são metodologias técnicas de aplicação desse objectivo que é a metodologia CAF.

Em relação à questão da reorganização, é evidente que existem possibilidades diversas de alternativas. A questão central é que esta reorganização tem uma forte participação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas que é fundamental. Refere que nem todas as Câmaras actuam da mesma maneira e dá como exemplo a Câmara de Odivelas que estava para publicar em Diário da República uma alteração à estrutura orgânica em que, nem os órgãos representativos dos trabalhadores tinham sido ouvidos, ou seja, uma questão formal jurídica não estava a ser respeitada e a questão política de envolver os trabalhadores foi simplesmente ignorada.

Gostaria de salientar que há uma redução na estrutura orgânica da Câmara que passa de nove para oito departamentos, de vinte e oito para vinte e quatro divisões, de treze para nove secções, há menos quarenta por cento de sectores, há objectivamente uma redução. Mais ainda, ela é contrária à tendência geral da administração pública porque, apesar da contenção, nomeadamente no menor ingresso de funcionários na Câmara Municipal de Palmela, a verdade é que desde que decorreu a última reestruturação, houve aumento de funcionários. A tendência geral da administração pública é, infelizmente, para o acréscimo de novas estruturas orgânicas. Aqui o que acontece é exactamente o inverso, apesar do crescimento do Município, do crescimento da própria autarquia, há redução nas suas unidades orgânicas.

Há ainda alguns aspectos que importa realçar. O Departamento de Comunicação e Atendimento é a aposta clara na qualificação da relação com os munícipes. Concorda no geral com o que disse o Sr. Dr. Bracinha Vieira, partilha da sua inquietação e da sua satisfação porque isto nunca é um modelo acabado e mal seria que fosse. No quadro só existem dois lugares de técnicos superiores de comunicação e estão a ser criados mais três lugares que dá um total de cinco, que não significa necessariamente que tenham que ser preenchidos e, ao serem preenchidos, poderão ser faseadamente. Um departamento que tem este objectivo, que tem as atribuições e competências constantes na proposta, com cinco técnicos superiores, é um rácio baixo.

Na sua qualidade de autarca, tendo já sentido alguma desarticulação na área da fiscalização e alguma insuficiência de recursos, entende que centralizar todos os recursos numa só estrutura é uma mais valia e um contributo importante para uma área em que a autarquia teria insuficiências. A inclusão da gestão urbanística e do planeamento numa única estrutura é seguramente um contributo importante para a gestão mais integrada duma área como o urbanismo que é estratégica em qualquer autarquia. A preocupação com as questões da qualificação urbana, do mobiliário urbano, a maior operacionalidade do departamento de obras, a inclusão das vertentes das novas tecnologias e da formação profissional nos recursos humanos é hoje uma exigência de uma nova visão estratégica da gestão de recursos humanos. Estes são alguns dos vectores que gostaria de sublinhar como particularmente importantes.

É evidente que toda a estrutura da administração pública é uma estrutura verticalizada, centralizada, herdada ainda dos exércitos prussianos, mas a própria estrutura jurídica da administração pública configura este modelo. Quando existem chefes de divisão ou chefes de departamento isso significa claramente que há um quadro jurídico que enquadra esta estrutura. Quando há cerca de três anos foi criada, pelo governo de então, a possibilidade dos municípios com mais de cem mil habitantes terem direcções municipais, é claramente a promoção de uma determinada visão de gestão da administração pública. Configura um modelo que qualquer autarquia, como a Câmara de Palmela, que procura o achatamento, a maior horizontalidade na estrutura orgânica, fica limitada na sua própria configuração, no seu próprio modelo e ao próprio enquadramento jurídico.

Depois há um desafio que é sempre um desafio inacabado que são as questões da qualidade. Saúda de uma forma muito particular uma preocupação que é pioneira no distrito de Setúbal, referindo que as duas maiores câmaras do distrito Almada e Seixal ainda não criaram esta estrutura, que é o Gabinete de Estudos e Qualidade. Deseja que este seja um ponto de partida e não de chegada, para as questões das metodologias CAF, as questões do sistema de gestão para a qualidade e para a própria certificação de serviços. Poucos órgãos da administração pública trabalham nesse campo da certificação para a qualidade que é um caminho e é o certo. Mais do que discutir as vertentes, mais matriciais ou mais funcionais das estruturas orgânicas, a maior ou menor verticalidade ou horizontalidade, não sendo questões de somenos importância, é fundamental ver que é na aposta no sistema integrado de gestão para a qualidade que está a modernização da administração pública. A inclusão e a criação do Gabinete de Estudos e Qualidade, em sua opinião, é um motivo de expectativa de que a Câmara aproveite esta metodologia que foi implementada, uma vez que é um caminho que aposta na qualidade, na simplificação administrativa, na melhoria e melhor articulação dos serviços.

Sendo que na administração pública há desafios que estão para além do organograma, as atitudes e os comportamentos não se mudam por meras estruturas orgânicas porque as questões das mudanças organizacionais são questões muito complexas. Há uma crise de lideranças neste País que arrasta por sua vez a capacidade de motivação, da delegação de competências, da articulação de trabalho, da comunicação e informação, que são os grandes desafios da administração pública.

Não compreende a posição do Partido Socialista porque não vê uma ideia alternativa. É evidente que o departamento x ou y poderia ter sido configurado de outra forma, por razões profissionais conhece as trinta e cinco maiores câmaras do país e há a maior diversidade de

formas possíveis de organização por produtos, por serviços, por áreas. Apesar dessa dispersão há uma questão que é a pedra de toque, ou seja, a forma como nas organizações implementam sistemas de gestão para a qualidade e se procura a mudança de comportamentos e atitudes. É esse seguramente o desafio e é isso que não viu no Partido Socialista. Não viu uma ideia alternativa, uma ideia que não ficasse por generalidades, por questões de censo comum, a melhoria, a eficácia, a eficiência estão todos de acordo. Termina perguntando qual é o modelo alternativo, concreto, que o PS propõe em termos estratégicos.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que gostou da intervenção do Sr. Carlos Martins do PS, que como trabalho de retórica, foi bonito. De facto, é necessário concretizar porque de boas palavras está o inferno cheio.

Em relação à proposta em discussão diz que neste documento cabe tudo, o que interessa é a prática e, cada um de deve, para ser oposição e poder intervir, estar atento aquilo que a Câmara vai fazendo no dia a dia, no que diz respeito a toda a sua actividade.

Uma das situações que não vê referida, pedindo desculpa se lhe passou, é a ligação a outros concelhos limítrofes, em determinados aspectos como por exemplo, em relação ao desporto. Via com grande interesse uma ligação a Setúbal no desporto aquático, uma vez que estando tão perto, poderíamos beneficiar do rio Sado para, com a Câmara de Setúbal, desenvolver actividades.

Em relação ao quadro de pessoal não vê a existência de nenhum psicólogo. Quando a Câmara se propõe desenvolver acções na área sócio educativa e pedagógica, acha que seria de todo o interesse a existência de psicólogos para poderem apoiar e acompanhar as crianças das escolas do Concelho.

Sr. José Manuel Silvério do PS, começa a sua intervenção fazendo um comentário ao Sr. Carlos Guinote do BE. Em primeiro lugar este senhor diz que *"…temos que concretizar, depois que há um aspecto que não sabe se está referido, há uma situação que tenho que ver se está …".* Este tipo de intervenção fez-lhe lembrar alguém que dizia assim: *"… eu não sei mas passo a explicar …".* Foi o que o Sr. Carlos Guinote fez aqui, não sabia de nada mas passava a explicar que ia apresentar e concretizar.

Em relação ao quadro de pessoal está hoje com um problema de matemática. Não querendo ser muito demorado uma vez que o assunto já foi amplamente debatido, gostaria de ser esclarecido. Na primeira folha da proposta vem referido que o quadro proposto cria trinta e nove lugares e extingue cento e vinte e quatro. Tinha mil, quatrocentos e quarenta e cinco e passa a ter mil, trezentos e setenta. Pelas suas contas passa a ter mil, trezentos e sessenta. Apesar de se tratar de uma questão de pormenor agradecia que fosse verificado se está correcto ou não, admitindo a hipótese de estar a ver mal.

As regras da lei sobre esta matéria têm o seguinte entendimento:

- organizar na perspectiva dos serviços existentes, significa ordenar de outro modo;
- reestruturar, significa atribuir nova estrutura em alteração das novas atribuições prosseguidas, com vista à sua maior eficiência e eficácia, racionalidade orgânica funcional e de pessoal.

No caso presente não verificam essa determinação. Apesar da Câmara dizer que há um pequeno achatamento da pirâmide, tal não se verifica. O achatamento quer dizer que o topo se deve aproximar da base mas não quer dizer que a base não tenha que alargar. A pirâmide aproxima-se da base mas a base deve alargar-se porque é esse o objectivo da reorganização. Se olharmos para o quadro dos recursos humanos no relatório da actividade, verificamos que o número de técnicos superiores é bastante acima do número de técnicos profissionais. Pergunta que pirâmide é esta. Se aumenta o número de técnicos superiores e se os técnicos profissionais são menos, deve ser uma pirâmide muito curva, não é recta concerteza, não é um triângulo.

Por tudo isto o Partido Socialista não tem que apresentar uma alternativa, até porque não lhes foi pedido nem proporcionado. E, mesmo que o fizessem, não seria aceite.

Não pode deixar de recordar uma situação passada há alguns anos atrás. Conheceu um Presidente da Câmara do Alto Minho que dizia *"… se eu tivesse mais um vereador não precisava de fazer nada, os vereadores faziam tudo e eu só assinava os papéis".* Mais tarde conheceu um em Bragança, Macedo de Cavaleiros, que dizia o contrário: *" … se o dia tivesse vinte e seis horas eu não precisava de vereador nenhum, fazia tudo sozinho."*.

Termina dizendo que na Câmara de Palmela, qualquer dia, por este andar, com tantos técnicos, não precisa nem da Senhora Presidente nem dos Senhores Vereadores.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que não vai discutir questões de filosofia mas gostaria de esclarecer uma ou outra questão que acha importante.

Em relação à última questão colocada sobre o número de lugares diz que o quadro está certo e tem: mil, quatrocentos e cinquenta e cinco lugares e não mil, quatrocentos e quarenta e cinco como vem referido no texto da proposta, pelo que vão proceder à sua correcção.

Ainda em relação ao quadro, e com todo o respeito pelas questões pontuais que foram colocadas, diz que no que respeita à área da comunicação social não foram criados novos lugares. Os lugares estão criados e propõe-se, inclusivamente, a extinção de um lugar. Dos lugares existentes, dois dos técnicos não estão em funções relacionadas com a comunicação social. Um deles está no Departamento de Desenvolvimento Económico e Turismo e o outro está na Divisão de Apoio aos Órgãos Municipais. Esta situação é uma característica muito comum nas licenciaturas das chamadas ciências sociais e que se prende com o facto de serem licenciaturas que, muitas vezes, permitem o acesso a carreiras diferentes. O mesmo se poderá verificar com o conjunto de sociólogos e podemos constatar que eles estão dispersos por várias unidades orgânicas da estrutura.

Estes quadros de pessoal não são obviamente os instrumentos que consideram mais claros, mais lineares e menos equívocos, mas são o quadro de pessoal típico da administração pública, ainda assim com uma evolução. Este quadro caminha no sentido da adjectivação, ou seja, no sentido de classificar as pessoas na área da sua licenciatura e não como técnicos superiores em abstracto. Dentro dos técnicos superiores existe uma carreira genérica que é a dos engenheiros quando afinal existem, se formos correctos, diversas licenciaturas em engenharia. Deste modo, quando se procede à adjectivação identificam-se com mais rigor quantos técnicos

existem em cada uma das licenciaturas e em cada uma das carreiras. O futuro será esse, daqui por uns anos haver uma equivalência total entre as carreiras e as respectivas licenciaturas.

Este quadro procura ainda assim ajustar-se e adaptar-se mais à evolução na organização, e neste momento a evolução da organização não é no sentido de contratar mais trabalhadores, é no sentido de estagnar completamente. Daí termos feito esta alteração ao número de lugares e de extinguirmos cento e vinte e quatro lugares. De resto, ainda assim, impõe-se criar novos lugares para adaptar e adequar a estrutura da Câmara e o respectivo quadro às funções que temos que desempenhar, nomeadamente em áreas que nos aparecem como novas. Exemplo concreto é o dos auxiliares, tratando-se de uma carreira genérica a partir da qual vão ser supridas as necessidades em matéria de auxiliares de acção educativa que é uma nova imposição legal. Com este caso se vê um aspecto algo contraditório com aquilo que disse anteriormente. Se por um lado há uma vantagem em termos um quadro progressivamente adjectivado, por outro lado verifica-se que a mobilidade dos trabalhadores e a sua reclassificação é mais fácil e é vantajosa quando temos um quadro não completamente adjectivado, ou seja, um quadro algo genérico. É desta combinação, que suscita uma leitura difícil, que se faz também uma certa flexibilidade das organizações. Dando outro exemplo, diz que se o quadro não fosse folgado relativamente ao número de trabalhadores, que são efectivamente precisos, não haveria espaço para fazer neste momento a adjectivação das carreiras. Quando se cria um lugar ou quando se dá o nome exacto de uma determinada área de engenharia a um quadro, ele provém da carreira geral dos engenheiros, ou seja, temos que ter um lugar na carreira dos engenheiros e temos que passar a ter um novo lugar na licenciatura de engenharia de ambiente, por exemplo. É esta conjugação de elementos que se impõe fazer, mas que resulta pura e simplesmente da aplicação da lei às questões da gestão de pessoal.

Para terminar a questão do quadro de pessoal refere que é possível que dentro de pouco tempo, nos próximos anos, se tenham que fazer novas alterações e novos ajustamentos. Isso resulta de políticas de contenção, que são razoáveis, porque à medida que se vão tendo as necessidades supridas, pode e deve-se ir fazendo alterações ao quadro, em função das necessidades concretas. Um quadro de pessoal não existe apenas para admitir e obrigar a desenvolver concursos gerais de acesso, mas deve existir na medida em que corresponde rigorosamente às necessidades da organização.

Quanto à estrutura orgânica, e pedindo desde já desculpa a alguns Srs. Membros da Assembleia, diz que pode haver confusão entre a função/papel e o que cabe no espaço de uma estrutura orgânica e, por outro lado as questões da orientação estratégica da organização. A missão e orientação estratégica não são validadas na estrutura orgânica. A estrutura orgânica é um aspecto fundamental da organização mas que não se confunde com a estratégia e a missão da organização. Os objectivos da organização são estabelecidos em cada ano, e no caso concreto da autarquia, não basta ter definido a missão no momento em que se candidatam e sufragam os objectivos junto da população, quando são feitos os planos plurianuais de investimento e são submetidos à apreciação das pessoas, nomeadamente à apreciação desta Assembleia Municipal.

A estrutura orgânica é o modelo de organização e de funcionamento da organização para responder aos objectivos que foram traçados antes. A organização existe ela própria para alcançar objectivos que foram definidos. A estrutura de cada organização tem que ser desenhada

e tem que ser implementada por forma a ajustar-se às características específicas da organização, que tem uma multiplicidade grande de serviços e uma complexidade grande de funções e níveis de relacionamento que não se esgotam dentro da própria organização. Quando o Sr. Carlos Martins referia que *"… a organização está demasiado grande para resolver pequenos problemas e demasiado pequena para resolver problemas grandes…"*, com todo o respeito que lhe merece, tem a dizer que essa é uma questão que não se esgota na autarquia e não se resolve na autarquia. Está inteiramente de acordo se for dito que a autarquia não tem por si só, espaço de intervenção e espaço de organização municipal, não tem dimensão para resolver problemas de ordem estratégica e que se colocam à escala inter ou supra municipal.

Quando o Sr. Carlos Guinote falava do desporto e da sua relação com o município de Setúbal, estamos a referir-nos a uma escala de intervenção que é supra municipal e não intermunicipal, pelo que não pode ter resposta na intervenção do município pois não podemos procurar na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Palmela, ou de qualquer câmara municipal, resposta para problemas que são claramente de índole supra municipal e de índole regional. Nem é nas organizações de carácter supra municipal ou intermunicipal, que se vão construindo ou constituindo entre municípios, que se encontra essa solução, uma vez que tem que ser encontrada ao nível de outros órgãos que, em sua opinião, poderão ser as regiões a responder a esse tipo de problemas. Outra perspectiva é a da relação com as Juntas de Freguesia, é na lógica de trabalho partilhado e de descentralização de competências, que se tem que encontrar outra capacidade de resolver problemas das populações. Com tudo isto quer dizer que não se pode encontrar na estrutura da Câmara Municipal, solução para aquilo que não cabe, nem pode caber, especificamente à Câmara Municipal e à sua intervenção.

Gostaria ainda de sublinhar que, obviamente, era possível fazer outra estrutura orgânica, mas procurou-se fazer com esta estrutura algo que considera de muito importante e que bebe das organizações em geral, uma vez que estão muito atentos aquilo que é exigido à administração pública. Não é exactamente a mesma coisa prestar um bom serviço ao público e dizer que aí se esgota o serviço público. Com isto quer dizer que pode haver várias maneiras de prestar serviço ao público, mas a convicção parte dos princípios e dos valores. A visão sobre a missão da organização Câmara Municipal de Palmela é prestar um bom serviço ao público, com base num bom serviço público. Defendem a organização do serviço público e não defendem, por exemplo, o recurso à conjugação de várias combinações de gestão, à substituição por empresas/sociedades anónimas ou outros modelos de organização para os serviços municipais. O exercício do serviço público é garante indispensável para se ter uma boa prestação de serviço ao público e é isso que se procura reflectir nesta estrutura orgânica. Foram tomados em conta aspectos que apontam para uma organização que funcione em rede, que tem como foco especial e que se dirige especialmente aos aspectos externos da organização, ou seja, existe preocupação com o conforto e com o relacionamento dos trabalhadores, mas sobretudo existe preocupação com os destinatários e esses estão no lado externo da organização. Houve preocupação com um estilo flexível, em ter uma estrutura com relações de interdependência que são importantes nesta lógica de funcionamento horizontal, em estabelecer como recurso fundamental para esta organização a informação, com o crescimento dos trabalhadores dentro da organização porque é importante as pessoas sentirem que podem crescer e que têm espaço para crescer dentro da organização.

Quanto à questão da pirâmide o que se quer dizer com o achatamento é que se passa de cinco níveis de organização, na estrutura anterior, para três níveis máximos na actual estrutura. Isto quer dizer que a decisão é tomada de forma mais fácil e chega mais rapidamente e a informação circula entre o topo e a base tendo sido eliminados dois níveis. O que está em causa são níveis de responsabilidade e não tem que ver com o número de funcionários mas com o número de unidades que existem entre as quais passa a comunicação e é suposto circular a decisão.

Para terminar quer dizer que em matéria de qualidade, embora tenha sido assumido este aspecto que considera muito importante que é ter um gabinete destinado a toda a área dos estudos e qualidade, a tónica de trabalho na Câmara de Palmela tem sido pautada nos últimos anos por essa grande preocupação. O Município tem sido pioneiro em algumas áreas, com reconhecimento em prémios de qualidade que foram atribuídos por organizações externas à autarquia, e externas às próprias Câmaras. Estas organizações doutros sectores de actividades reconheceram na Câmara Municipal de Palmela, em alguns serviços, características de funcionamento de qualidade. Os prémios recebidos nos últimos anos são um bom exemplo disso e exemplo da forma como se tem procurado introduzir na estrutura, e no funcionamento, exigências que são cada vez maiores e que vêm ao encontro das necessidades das pessoas. Naturalmente com a mudança da estrutura orgânica não fica tudo resolvido, é muito importante contar com as pessoas, com o seu empenho, com a sua motivação e uma estrutura não é a única forma de traduzir toda a envolvência que diz respeito a uma organização e que diz respeito aos recursos humanos, mas é concerteza um instrumento importante para esse objectivo.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor (15 CDU, e 1 BE), 6 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

3 – Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém pretende intervir neste ponto.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor (15 CDU, e 1 BE), 6 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta declaração de voto dizendo que votou a favor apesar de haver um ou outro ponto com o qual não concorda, nomeadamente a existência da Empresa Municipal Palmela Desporto.

4 – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Financiamento do Plano Plurianual de Investimentos

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir neste ponto.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, acha que o documento apresentado deveria ser complementado com um documento explicativo que dissesse como é que este financiamento vai ser aplicado. Deveriam constar no documento quais as fases de cada projecto, as tarefas e tempos alocados a cada um deles, o orçamento previsto para gastar em cada um deles e o prazo,

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo diz que, no que respeita às infra-estruturas da rua 5 de Outubro, deveria levar o planeamento para a freguesia para se saber quanto é que, previsivelmente, vai custar o projecto, quais as fases que vão ser desenvolvidas, quando é que vai começar e quando vai acabar.

Esse documento em anexo seria de uma grande utilidade para se saber para que é que os seis milhões de euros que vão ser pedidos, vão corresponder a quê, vão servir para quê e quando é são aplicados. Todos nós sabemos que há muitos destes projectos, nomeadamente as infra-estruturas da rua 5 de Outubro, o mercado municipal de Pinhal Novo, o reforço do sistema de abastecimento de águas ao Pinhal Novo, há vários anos andam aqui de um lado para o outro para serem executados.

Apesar do Partido Socialista não estar em grande desacordo com o empréstimo, não irá votar favoravelmente esta proposta por falta do documento de compromisso de aplicação do dinheiro que vai ser pedido.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, relativamente à questão do empréstimo e do financiamento tem a dizer que os valores porque se deve reger a administração pública, e a Câmara Municipal, são aqueles que o PSD também já falava no seu programa eleitoral e que também a Câmara apresenta nas suas propostas, são a eficácia, eficiência e economicidade. Será que haveria outras hipóteses que não fosse o recorrer a este empréstimo, será que algumas destas obras já não poderiam ou deveriam estar feitas, são questões que o PSD acha que sim. Neste momento essa questão é mais política e não está em cima da mesa.

O que se está a discutir é o empréstimo e os seus objectivos pelo que, face á importância dos projectos e à sua necessidade, o PSD vai ter de votar favoravelmente esta proposta. Irão também acompanhar a execução, esperar a finalização e ver se estes investimentos que estão descritos vão ser integralmente efectuados porque esta é também a parte mais importante.

Todas as obras são de necessidade e de grande importância, mas quer referir a obra do mercado municipal de Pinhal Novo por se tratar duma das obras fundamentais se ainda for a tempo de salvar o mercado. Refere a reportagem que saiu no jornal do Pinhal Novo sobre o assunto, e diz que conhece a realidade do mercado porque é cliente. É uma situação que se arrasta há alguns anos quando era para ser uma situação provisória. Termina dizendo que este investimento é uma prioridade, oxalá se concretize e oxalá ainda se vá a tempo de salvar o mercado.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que, embora possa ser junta uma folha explicativa como o Sr. Carlos Martins referiu, essa informação consta do plano plurianual de investimentos. Este conjunto de obras que agora aparece nesta proposta, e cujos montantes estão identificados nos anexos à proposta, aparecem no plano plurianual de investimentos. Reconhece que podiam ter junto a proposta inicial que foi levada à Câmara, que é a da autorização do empréstimo, onde consta o quadro síntese que é extraído do plano plurianual de investimentos, e que diz como as obras se vão comportar.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 CDU, 4 PSD e 1 BE), 6 abstenções do PS. Aprovado em minuta.

5 – Desafectação do domínio público para o domínio privado de parcela de terreno em Aires

Sr. Presidente da Mesa, pergunta quem quer intervir neste ponto.

Sr. António José Santos do PS, leu com muita atenção a proposta tendo-se até deslocado ao local.

Refere que tem algumas dúvidas sobre a clareza desta situação porque, salvo melhor opinião, a legislação é muito clara sobre os terrenos que são doados nas urbanizações para determinados fins. Também diz que quando os fins para que são doados os terrenos não se concretizam estes terão que ser devolvidos aos proprietários e serão eles que determinam o que vão fazer com os mesmos. Se os terrenos que ali se encontram não forem utilizados para aquilo que foram previamente doados, ou seja zonas verdes, também não têm grande utilidade.

Para o Partido Socialista o que não está bem claro é porque é que a Câmara definiu, e determinou, que este terreno do domínio público passe a integrar o domínio privado uma vez que, posteriormente, tem intenções de renegociar com o Sr. António Melo, que é proprietário da moradia que se encontra junto ao terreno. Não percebem como é que isto é possível uma vez que estão numa situação de transgressão da lei, salvo melhor opinião, e todo este processo não lhe parece que esteja muito claro.

Sr. Presidente da Mesa, esclarece dizendo que não se trata de uma doação mas sim de uma cedência no âmbito de uma operação de loteamento. O alvará de loteamento refere que os terrenos foram incluídos na área de cedência para arruamentos, acessos e acertos. Esta ponta do terreno funciona nesse sentido, como não faz falta para o arruamento entretanto consolidado, não é um espaço verde e não tinha nenhum destino nesse sentido, pelo que em concreto acharam que não tinha nenhum prejuízo para o domínio público a sua libertação. O processo foi legalmente imposto através de edital, divulgado publicamente, pelo que se procede hoje a este pedido de deliberação à Assembleia Municipal. Não há a menor dúvida sobre o assunto, não se trata de uma

doação mas sim de uma cedência no âmbito da operação de loteamento e não tem nenhum fim, outro, específico que possa estar a ser desrespeitado.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor (15 CDU, e 1 BE) e 10 abstenções (6 PS e 4 PSD). Aprovado em minuta.

6 – Imputação de Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal para 2007

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém pretende intervir neste ponto.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Por último, e antes de terminar os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa informa o Plenário que a Assembleia Municipal vai ter novas instalações, sitas na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Palmela. São instalações de muita dignidade em que cada grupo vai ter um espaço próprio, equipado com alguma tecnologia. Deste modo deixa um pré-convite para que se possa fazer uma inauguração digna sendo a data da mesma comunicada posteriormente.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,45 horas do dia 28 de Fevereiro de 2007, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 28 de Fevereiro de 2007